

# Influências do positivismo na formação do pensamento desenvolvimentista brasileiro

Ivan Colangelo Salomão\*

**RESUMO:** A similaridade observada entre a realidade da economia brasileira no decorrer do Império e a de algumas nações de industrialização tardia enseja a comparação, ainda que incompleta, entre as diferentes trajetórias históricas recentes. As recorrentes referências tecidas pelos atores e autores brasileiros pré-desenvolvimentistas a seus pares estrangeiros faz do cotejamento de suas obras tarefa relevante para alargar o entendimento do fenômeno. Nesse sentido, o positivismo exerceu influência incontestável sobre o pensamento heterodoxo brasileiro. Assim sendo, este trabalho tem o objetivo de resgatar algumas de suas principais influências sobre a formação do pensamento desenvolvimentista brasileiro

**Palavras chave:** Positivismo – Heterodoxia – Desenvolvimentismo

**JEL Classification:** B50

## 1. Introdução

O desenvolvimentismo esteve diretamente associado aos acontecimentos políticos e econômicos transcorridos na América Latina ao longo do século XX. Se do ponto de vista da política econômica tratou-se de um projeto original no tempo e no espaço, a literatura também lhe concede lugar de destaque ao distingui-lo como o mais criativo evento do pensamento econômico latino-americano.

Conquanto expressivamente influenciado pelas experiências históricas das economias centrais, não se pode considerá-lo uma mera adaptação de ideias e políticas estrangeiras à realidade brasileira. A similaridade que o Brasil pré-republicano apresentava em relação a algumas das nações de industrialização tardia justificava a tentativa de analisar os desafios do país à luz do que se pensava e se praticava no hemisfério norte. Ainda assim, as especificidades das economias latino-americanas àquele momento histórico ensejaram o surgimento de ideias que viriam a embasar um novo modelo de desenvolvimento que viria a ser adotado a partir da década de 1930.

---

\* Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE/UFRGS). E-mail: [ivansalomao@gmail.com](mailto:ivansalomao@gmail.com)

Resultado de processos de condicionantes históricos e de amadurecimento intelectual, a formação do desenvolvimentismo não apenas antecedeu sua prática como política consciente e deliberada, como foi concebido em um período de hegemonia do liberalismo econômico, sob forte influência da supremacia inglesa.

A historiografia tradicionalmente reserva a alcunha desenvolvimentista – tanto em sua fase nacionalista, quanto na associada ao capital estrangeiro – à política econômica empregada após a década de 1930, em especial, aos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Do ponto de vista da experiência histórica, há, portanto, relativo consenso entre os analistas de que se trata, o desenvolvimentismo, de um fenômeno vivenciado no século XX.

O fato histórico não pressupõe, contudo, concomitância com seu corpo teórico subjacente. Ainda que o conjunto destas medidas tenha sido, de fato, levado a cabo somente após o fim da República Velha, as evidências apontam que, ao menos no plano das intenções, o desenvolvimentismo havia muito se pronunciava no meio jornalístico, militar e, em especial, no ambiente político.

Concebido no final do século XIX, quando, no desenrolar dos acontecimentos políticos e econômicos que emolduraram o fim do regime imperial, autores passaram a pensar o Brasil e a problematizar os caminhos para suplantar os desafios impostos a uma nação que havia pouco se reconhecia como tal. Fenômeno de magnitude histórica e de relevância incontestável para a atual configuração social, política e econômica do país, a pesquisa sobre as origens do desenvolvimentismo requer análise exaustiva não apenas por motivação de cunho historiográfico, mas principalmente para fazer avançar o debate acerca desta ideologia tão cara à constituição do Brasil contemporâneo.

As recorrentes referências tecidas pelos atores e autores brasileiros pré-desenvolvimentistas a seus pares estrangeiros faz do cotejamento de suas obras tarefa relevante para alargar o entendimento do fenômeno. Nesse sentido, o positivismo exerceu influência incontestável sobre a configuração do pensamento heterodoxo brasileiro no século XIX. Assim sendo, este trabalho tem o objetivo de resgatar algumas de suas principais influências sobre a formação do pensamento desenvolvimentista brasileiro naquele momento histórico. Para tanto, dividiu-se o artigo em três partes, além desta breve introdução. Na seção dois, discorre-se acerca da formação da filosofia positivista

na França. A seguir, aborda-se a introdução e a difusão do positivismo no Brasil, seguido, por fim, das considerações finais.

## **1. O positivismo e as origens do desenvolvimentismo**

A gênese do pensamento desenvolvimentista não resultou do produto da simples união do nacionalismo, da industrialização e do papelismo. Para firmar-se como política econômica, a junção de uma conduta nacionalista com medidas pró-industrializantes e práticas de intervenção fiscal e monetária foi revestida, ainda, pelo invólucro positivista (SALOMÃO, 2013).

De todas as particularidades da filosofia formulada por Comte, tratou-se de seu viés racional e científico a principal contribuição por ela oferecida à formação do desenvolvimentismo. Ao atestar a imprescindibilidade da atuação humana como única maneira de se transformar a realidade social, o positivismo emoldurou a ideologia subjacente à política que viria a ser adotada por sucessivos governantes brasileiros após 1930.

O pensamento ocidental do século XIX esteve diretamente sugestionado pelo crepúsculo da revolução iluminista e pela propagação da Economia Política – ciência, esta, que se incumbira da ousada missão de explicar a natureza e as causas da riqueza (e da pobreza) das nações no momento em que os frutos da Revolução Industrial passavam a acentuar o contraste entre as trajetórias das distintas economias europeias.

Foi neste contexto que o filósofo francês Auguste Comte (1798-1857) – secretário do pensador socialista Henri de Saint-Simon durante sete anos e por quem foi assaz influenciado – lançou as bases do positivismo a partir de meados dos anos 1830.

Tratava-se de uma doutrina filosófica e social que, inicialmente, procurava valorizar o humanismo e a racionalidade científica. O pensamento de Comte alcançou um segundo estágio a partir do relacionamento fugaz que manteve com Clotilde de Vaux, o qual viria a balizar sobremaneira os rumos de suas ideias, em especial, na exacerbação de sua faceta altruísta.

Convicto de que as religiões não deveriam ser pautadas pelo culto ao abstrato, mas pela busca da elevação moral do homem, Comte vislumbrou a necessidade de se criar uma nova crença a qual ressignificasse o conceito do “ser supremo”. Com o

advento da chamada religião positivista, a solidariedade e o amor ao próximo é que deveriam guiar a conduta de seus adeptos: não se haveria de amar pessoas ou deuses em específico, mas a humanidade de um modo geral. Coerente com o seu dogma socializante, Comte refutava a ideia sobrenatural do direito em benefício da naturalidade do dever em relação a outrem.

Neste sentido é que se destaca a função “moderadora” da mulher na sociedade positiva. Para Comte, as mulheres atuavam como o “sustentáculo das providências sociais”, cabendo-lhes uma única missão: a de amar. Em que pese o viés patriarcal da sua concepção gênero-social, a filosofia positivista era caracterizada por seus seguidores como um ente propriamente feminino devido ao lugar sagrado reservado às “almas amigas” – figuras personificadas por Clotilde de Vaux, responsável pela regeneração moral de Comte e de suas ideias.

Sem abdicar da dimensão humanista da doutrina, as sucessivas obras publicadas pelo autor passaram, paulatinamente, a ressaltar os aspectos racionais e científicos de seu pensamento<sup>1</sup>. Disposto a desconstruir o misticismo em que estariam envoltos as ciências sociais, Comte contrapôs a concretude do termo “positivo” à abstração inerente à pregação religiosa: tratava-se do “real frente ao quimérico, do útil frente ao inútil, do certo frente ao incerto, do preciso frente ao vago, do orgânico frente ao inorgânico, e do simpático frente à intolerância.” (*apud* RIBEIRO JUNIOR, 2006, p. 17). Desse modo, para fundamentar o método empregado por sua filosofia retilínea, Comte eximiu-se de explorar a causalidade dos fenômenos, procurando apenas descobrir as “leis sociais” através do uso combinado do raciocínio e da observação.

O cânone positivista baseava-se, portanto, na premissa de que o saber científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. Desse modo, excluindo toda intervenção apriorística de noções abstratas, o positivismo, “como um regime definitivo da razão humana frente à ação dissolvente da metafísica”, esteve intimamente relacionado ao progresso tecnológico observado ao longo do século XIX, aplicando o método indutivo das ciências naturais para, assim, repudiar o liberalismo romântico em favor do planejamento social.

---

<sup>1</sup> Trata-se, estas, das principais obras redigidas por Auguste Comte, nas quais o autor desenvolve larga e metodicamente o seu pensamento: *Curso de Filosofia Positiva* (6 volumes, 1830-1842), *Discurso preliminar sobre o espírito positivo* (1844) e *Sistema de política positiva ou tratado de sociologia instituindo a religião da humanidade* (4 volumes, 1851-1854).

Buscando roteirizar os estágios por que o conhecimento humano deveria obrigatoriamente passar, Comte formulou a chamada “lei dos 3 estados”, a qual evidencia o destaque oferecido pelo autor à racionalidade científica: (1) Estado Teológico-fictício, em que se explica a realidade por meio de entidades transcendentais ou supranaturais; (2) Metafísico-abstrato, no qual se utilizam de entidades ocultas ou abstratas para esclarecer os eventos sociais; e (3) Positivo-científico, etapa final e definitiva, em que não se busca a motivação dos fenômenos, mas apenas explicá-los de acordo com as leis experimentalmente demonstradas, subordinando a imaginação à observação.

Se extrapolada para o campo da Economia Política, a esquematização sugerida por Comte contribui para elucidar o entendimento positivista acerca do fenômeno do desenvolvimento econômico. Somente quando se abdicasse de regras metafísicas – termo de que o autor se utiliza recorrentemente para se dirigir ao liberalismo clássico – e se empreendesse um planejamento baseado em leis científicas é que as sociedades, norteadas pela ação do Estado, superariam os entraves que as mantinham presas ao atraso.

## **2. A introdução e a difusão do positivismo no Brasil**

Se, na Europa, o positivismo apresentava um caráter predominantemente econômico – tendo sido adotado, inclusive, por setores da burguesia industrial interessados no auxílio do Estado às suas atividades –, a doutrina adquiriu um viés mais político tão logo aportou na principal ex-colônia portuguesa.

De acordo com Lins (1967), verificou-se a primeira manifestação positivista no Brasil ainda em 1844, quando o médico baiano Justiniano da Silva Gomes apresentou à Faculdade de Medicina da Bahia a tese *Plano e método de um curso de Filosofia*, na qual aludia explicitamente à “lei dos 3 estados” e ao método positivo. Não se tratou, este, do único intelectual brasileiro a frequentar diretamente Auguste Comte. Diversos foram os discípulos do mestre francês que retornaram ao Brasil e concorreram para a divulgação da matéria no país, como Antonio Machado Dias, Antonio de Campos Belos, Agostinho Roiz da Cunha, Felipe Ferreira de Araújo Pinho e, especialmente, Nisia Floresta Brasileira Augusta (SOARES, 1998).

Foi na Faculdade de Direito do Recife que a doutrina passou a ser propagada de forma sistemática, granjeando adeptos para além dos muros acadêmicos. Por iniciativa de Tobias Barreto e de Sílvio Romero, aquele “bando de ideias novas” passou a ser difundido por diversos estados nordestinos pelos componentes da chamada “Escola do Recife”, formada, entre outros nomes, por intelectuais como Clovis Bevilacqua, Fausto Cardoso e Tito Lívio de Castro (RIBEIRO JUNIOR, 2006).

Tratou-se do médico Luis Pereira Barreto, filho de cafeicultores que se estabeleceram no oeste paulista, o primeiro propagandista da doutrina no estado de São Paulo<sup>2</sup>. Barreto tomou contato com a filosofia comtiana quando de sua formação na Bélgica, alinhando-se à posição religiosa de Laffite assim que retornou da Europa, em 1864. Para Luis Barreto, o Brasil representava um retrato apurado do estado metafísico-abstrato, uma vez que a situação de anarquia moral e mental impregnada pelo catolicismo e pelo romantismo coexistia com o espírito científico e industrial que se formava no país.

Já na capital do Império, a incumbência de iniciar os jovens estudantes da Escola Militar<sup>3</sup> na doutrina francesa coube ao general Benjamin Constant<sup>4</sup>. Em 1876, Constant esteve entre os fundadores da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, entidade a qual, cinco anos mais tarde, daria origem ao famigerado Apostolado. Conforme a observação de Lemos (1997), o militar fluminense interpretou o ideário positivista de um modo de veras peculiar, corroborando a metodologia comtiana ao mesmo tempo em que repudiava o sectarismo e a intolerância política de alguns de seus pares.

Tal qual a divisão sofrida na França pelo espólio intelectual de Comte logo após o seu falecimento, os positivistas brasileiros também se viram apartados pelas diferenças entre a atuação dos chamados ortodoxos, ligados à religião da Humanidade e

---

<sup>2</sup> A influência positivista na Faculdade de Direito de São Paulo refletiu-se na criação de diversos jornais dedicados ao tema: *A Luta*, *A República*, *O Federalista* e *A Evolução* são alguns dos sugestivos nomes dos periódicos através dos quais a jovem elite letrada que se reunia no Largo de São Francisco divulgava suas ideias (SOARES, 1998).

<sup>3</sup> A propagação do ideário comtista não se limitou à academia em que atuava Benjamin Constant. Incumbiram-se da mesma tarefa os docentes da Escola da Marinha, da Escola de Medicina e do Imperial Colégio Pedro II, além dos representantes de instituições não acadêmicas, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

<sup>4</sup> A propaganda positivista no Rio de Janeiro tampouco se restringiu ao universo acadêmico. Diversos foram os jornais, publicados na capital, que se dedicavam ao tema: *A Razão*, *O Rebate*, *A Crença* e *A Crônica do Império* foram alguns dos mais relevantes títulos (RIBEIRO JUNIOR, 2006).

apoiados por Pierre Laffite<sup>5</sup>, e os ditos heterodoxos, mais comedidos na divulgação da palavra do filósofo de Montpellier e que, por isso, fizeram-se mais próximos de Émile Littré, outro destacado discípulo de Comte.

Os integrantes do primeiro grupo, liderados por Miguel Lemos (1854-1916) e Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927), interpretavam as obras de Comte de modo literal, adotando uma postura por vezes radical em relação a temas caros aos positivistas, como a abolição do cativo e a extinção do regime imperial. Além disso, cultuavam com idolatria extremada a figura de Auguste Comte e de Clotilde de Vaux, justificando o juízo depreciativo que lhes impunha a sociedade brasileira.

Devido a este tipo de excentricidade é que se tornou célebre a observação de Sérgio Buarque de Holanda, segundo o qual os positivistas brasileiros tinham “segredo horror à realidade”. Ao enfatizarem aspectos secundários do cotidiano nacional e, assim, proporem soluções dogmáticas retiradas textualmente das obras de Comte, o autor atentava para a ausência de sensibilidade sociopolítica na adaptação dos ensinamentos originais ao contexto tropical.

Assim, foi no Rio de Janeiro que o positivismo ortodoxo brasileiro estabeleceu o principal centro de irradiação da doutrina. Fundado em 1881 por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, o Apostolado tornou-se a congregação maior dos seguidores de Comte no país, além de abrigar a sede da Igreja Positivista do Brasil.

Por discordar da postura hesitante de Laffite em relação à punição proposta ao correligionário Ribeiro de Mendonça – um fazendeiro escravista do Vale do Paraíba cujas práticas iam de encontro ao postulado pela doutrina –, Lemos rompeu com o líder francês, provocando a dissidência do núcleo brasileiro em 1883. Deste momento em diante, a influência do grupo entrou em constante declínio, limitando-se à esfera do Apostolado e de seus seguidores mais próximos.

Já os que seguiam a liderança de Littré, como Alberto Sales (1857-1904) e o próprio Benjamin Constant (1836-1891), adotavam o discurso comtista de modo mais

---

<sup>5</sup> De acordo com Alonso (1995, p. 10), “os ‘lafitistas completos’ eram capazes de sacar da manga um trecho de Comte para cada uma das situações cotidianas, tendo nele um mestre e na sua obra, uma bíblia.” A autora ressalta, porém, que a classificação em ortodoxos e heterodoxos (ou lafitistas/litreístas) não abarcava todas as variedades brasileiras, uma vez que “a adoção do positivismo no Brasil obedeceu não a variáveis estritamente doutrinárias, mas, principalmente, a contingências regionais, políticas e mesmo intelectuais.”

maleável, relativizando, por exemplo, o fanatismo religioso dos ortodoxos. Na opinião de Carvalho (1990, p. 139), esta facção propunha “um bolchevismo de classe média” mediante um voluntarismo político com o qual acreditavam poder moldar a marcha da história pela ação de uma vanguarda política organizada e disciplinada.

A reconhecida postura altruísta do “Fundador da República” foi um dos traços da doutrina que melhor caracterizava a atuação dos positivistas brasileiros. Ainda que se tratasse da solidariedade um dos pilares da pregação original de Comte, o grupo orientado por Constant apresentou uma clara defesa de setores sociais menos favorecidos, como, por exemplo, no posicionamento favorável às greves ocorridas em 1906 (COSTA, 1956).

Na concepção do general, a transformação da realidade deveria passar pela persuasão e pela conscientização moral dos agentes envolvidos, evitando, assim, qualquer espécie de litígio político, social ou militar. Foi com esta justificativa que as lideranças positivistas do país opuseram-se à política externa do gabinete Rio Branco (1871-1875), por considerá-las desnecessária e demasiadamente beligerantes e imperialistas.

Sem embargo, a suposta feição pró-trabalhadores dos positivistas não se tornou consensual entre os distintos analistas. Fonseca (1993, p. 413), por exemplo, atesta que os líderes do Partido Republicano Riograndense (PRR) não apresentavam uma posição inequívoca e apriorística a favor do proletariado; tampouco se comprometiam com políticas que visassem à desconcentração de renda. Nas palavras do autor, o “progresso dentro da ordem supõe exatamente acumulação de capital sem quaisquer vínculos distributivistas [...]: o positivismo propõe a acumulação para o capital e o bom comportamento para o trabalho.” A doutrina, portanto, não vislumbrava uma reforma social, de modo que o seu caráter progressista só se manifestaria na defesa do desenvolvimento das relações capitalistas e da industrialização<sup>6</sup>.

O prestígio do positivismo sobre a elite política gaúcha merece destaque pela influência que exerceu sobre o grupo que ascendeu ao poder central em 1930<sup>7</sup>. Ainda

---

<sup>6</sup> O caráter dúbio do positivismo gaúcho pode ser simbolicamente verbalizado pelo lema adotado por seus seguidores: conservar melhorando. Se por um lado propunham uma atuação deliberada do Estado como meio de sanar as falhas do mercado e desenvolver as forças produtivas, por outro, não concebiam uma revolução das estruturas sociais em benefício da classe trabalhadora (RODRÍGUEZ, 1980).

<sup>7</sup> Faz-se relevante frisar que ainda antes da formação da Aliança Liberal, Getúlio Vargas já havia rompido com a principal liderança política, e positivista, do Rio Grande do Sul: o ex-governador Antonio Borges



que em caráter localista, medidas levadas a cabo pelo governo daquele estado durante a República Velha indicam de forma bastante clara a ascendência de ideais positivistas sobre a condução da coisa pública e sinalizam a existência de políticas pré-desenvolvimentistas no período.

O caso mais eloquente diz respeito ao mandato de Getúlio Vargas, entre 1928-1930. Conforme assinala Fonseca (2004, p. 12), o “desenvolvimento” passava a habitar a retórica oficial de modo deliberado e intencional. O emprego do termo “marcha” no discurso de Getúlio não era fortuito; antes, evidenciava a noção de que a superação do atraso não brotaria espontaneamente, mas “deveria resultar de decisão organizada, implementada com determinação e disciplina.”<sup>8</sup>

Outro caso que também merece destaque em função da reconhecida difusão de ideias positivistas entre os membros de sua elite no início do século XX foi o de Minas Gerais<sup>9</sup>. Ao analisar a trajetória política e intelectual do ex-governador mineiro João Pinheiro da Silva<sup>10</sup>, Paula (2004) reforça a tese de que as ideias e, em determinadas situações, indícios da própria política desenvolvimentista já se faziam presentes no programa do governo mineiro antes de 1930<sup>11</sup>.

Tema caro a determinados pensadores positivistas, o Protecionismo – cunhado por Pinheiro com letra maiúscula – havia muito se anunciava em sua plataforma política. O governador mineiro não fez desta medida, porém, a panaceia para a crise que

---

de Medeiros. Além do racha de seu antigo grupo político, esse fato revela uma clara mudança na mentalidade de Vargas, quando abandonou uma das pilas da política econômica positivista – o das finanças sadias – para abraçar a convicção de que caberia ao Estado adotar uma política fiscal ativa e pró-desenvolvimento. Para uma análise pormenorizada desse episódio e, principalmente, da formação do ideário desenvolvimentista no grupo de Getúlio ver, por exemplo, Love (1975) e Fonseca (1987).

<sup>8</sup> A prioridade da matéria extrapolava o discurso do governador do estado. A centralidade do crédito e da atuação estatal no fomento à produção materializou-se, a 22 de junho de 1928, na criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, ao qual caberia “fazer a defesa de nossa produção, constituindo um propulsor da riqueza e do progresso.” (*apud* FONSECA, 2004b, p. 14).

<sup>9</sup> Para uma análise mais aprofundada dessas duas experiências “desenvolvimentistas” subnacionais antes de 1930, ver, por exemplo, Love (1975), Iglesias (1982), Fonseca (1999), Targa (2004) e Gomes (2005).

<sup>10</sup> João Pinheiro, governador de Minas Gerais por duas ocasiões (em 1890 e no período 1906-1908), perfilava entre os republicanos históricos de seu estado natal. Sua consciência industrializante tomou corpo, principalmente, a partir de sua gestão frente ao Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais, em 1903. Para um estudo completo acerca do pensamento de João Pinheiro, ver Barbosa (1966) e, especialmente, Gomes (2005).

<sup>11</sup> O programa de Pinheiro afrontava alguns dos dogmas consensuais ao conservador *establishment* mineiro da época. As matérias que guiaram a atuação de seu governo podem ser sumarizadas em quatro pontos principais: (1) protecionismo da indústria mediante tarifas adequadas; (2) valorização da educação em seus diversos níveis; (3) valorização da organização cooperativista; e (4) busca da modernização da estrutura produtiva (PAULA, 2004, p. 272).

se abatia sobre a economia brasileira: “Se a solução econômica do aumento das riquezas de um povo dependesse, exclusivamente, de um golpe de tarifas alfandegárias, certo não haveria povos pobres no mundo.” (*apud* BARBOSA, 1966, p. 16).

Com base nestas evidências, portanto, Paula (2004) confere à política concebida pelo governo Pinheiro, no início do século XX, características típicas de um programa positivista e, mais especificamente, proto-desenvolvimentista<sup>12</sup>: “João Pinheiro, em seu ideário e suas políticas, guarda relação com o que se chama hoje de ‘perspectiva desenvolvimentista’” (p. 261); “Pinheiro ensaiou o projeto de desenvolvimento que, *malgré tout*, e com as diferenças devidas, foi [posteriormente] experimentado no Brasil (p. 273)”; e “sob vários e decisivos aspectos, a plataforma política de João Pinheiro anunciava os tempos do desenvolvimentismo que viriam pós-1930.” (p. 276).

Uma segunda característica comum aos positivistas brasileiros residia na formação técnico-científica da maioria de seus partidários. Tratava-se de militares, médicos, engenheiros – verdadeiros antípodas dos bacharéis. A atuação desta “contra-elite”, conforme a acepção de Alonso (1995), fez-se em nome do discurso científico subjacente à crítica às instituições imperiais e aos seus pilares de legitimação: o liberalismo e o indianismo dos literatos românticos. Foi neste sentido que o positivismo, com sua ênfase na ordem gerida por uma classe de sábios, encontrou a guarida ideal entre cientistas e generais, os quais propunham que as decisões antes tomadas com base em critérios eminentemente políticos passassem a ser problematizadas de acordo com os métodos da nascente ciência social.

Coerente com a visão racionalista e meritocrática do comtismo, os positivistas, do ponto de vista político, cerravam as fileiras republicanas<sup>13</sup>. As críticas ao regime imperial não partiam apenas da cúpula militar desprestigiada desde a vitoriosa

---

<sup>12</sup> Ponto de vista, este, compartilhado por outros observadores da história mineira do século XX. Para Dulci (1999, p. 46), a gestão de Pinheiro foi “modernizante e abrangente”, tendo procurado “diversificar o sistema produtivo, sem descuidar do café e de melhorar a qualidade da produção através de sua atualização tecnológica.” Opinião semelhante é defendida por Iglesias (1982, p. 121): “João Pinheiro foi um crente na política voltada para a economia, um precursor do que modernamente se chamaria desenvolvimentismo.”

<sup>13</sup> Conquanto tenha sido uma das principais lideranças positivistas no Brasil, Benjamin Constant parecia não se interessar diretamente pelas novidades políticas. Conforme aponta Lemos (1997), “não há indicação de que [Constant] se tenha sensibilizado com o lançamento do Manifesto Republicano e do Partido Republicano em 1870.” Muito embora a versão predominante insiste em atribuir-lhe o papel de “evangelizador” da jovem oficialidade republicana, o autor indica que o general “era visto pela mocidade militar, em grande parte republicana e positivista, como um portador privilegiado de virtudes pessoais e intelectuais, mas não como uma influência política.”

campanha no Paraguai. A nascente classe média urbana que passava a compor a burocracia estatal também começou a clamar por critérios claros e objetivos no aparelhamento dos quadros do governo, consolidando um discurso de feições modernas incompatíveis com as instituições monárquicas. Para João Pinheiro, admirador da política positiva, os sistemas e métodos inerentes a um governo republicano fariam deste modelo o único “capaz de eliminar a pobreza e introduzir o tão almejado progresso em todas as áreas.”

Por posicionamentos desta natureza é que parcela significativa do grupo responsável pela derrocada do Império esteve direta ou indiretamente influenciada pelas ideias positivistas<sup>14</sup>. Corroborando a observação de Alonso (1995, p. 6), nada mais adequado para dar forma à crítica ao Segundo Império “do que uma filosofia científica, antiliberal e republicana como o positivismo.”

Republicanos, ainda que não exatamente democratas. Tornava claro o viés antiliberal e autoritário do positivismo o despreço pela política representativa e pelo sistema colegiado de deliberação. Conforme observa Silva (2011), este movimento renovador, baseado no critério da “seleção das capacidades”, apresentava um caráter eminentemente elitista e aristocrático. João Pinheiro, por exemplo, abominava o que se conhecia por “partidarismo” e Carlos Peixoto, outra liderança do positivismo mineiro, desabonava abertamente o voto popular.

Não se faziam raras as vezes em que o termo democracia era imediatamente qualificado com predicados ontológicos nos discursos dos atores positivistas. Para Teixeira Mendes, por exemplo, “a metafísica democrática, deísta e panteísta [...] criava obstáculos **despóticos** à regeneração humana.” (*apud* COSTA, 1956, p. 50, grifos meus). Desta sorte, os seguidores de Comte adotaram a expressão “ditadura científica” – a qual não deveria ser pejorativamente relacionada a um governo despótico e autocrático – para designar o tipo ideal de gestão baseada na racionalidade e na metodologia científica.

O positivismo gaúcho ratificava esta percepção de modo reiterado e deliberado. A Constituição estadual outorgava ao chefe de governo a premissa de promulgar leis, atenuando, assim, o papel institucional do Poder Legislativo. Procurando justificar a

---

<sup>14</sup> A reformulação de um dos principais símbolos do novo regime, a bandeira republicana, esteve diretamente inspirada no lema positivista: “O Amor por princípio, e a Ordem por base; o Progresso por fim.”

interferência em responsabilidades alheias, o líder máximo do partido afirmava não poder basear o seu governo em decisões compartilhadas com o parlamento local, sob o risco de torná-lo nada aquém do que “caótico” (RODRÍGUEZ, 1980).

Conquanto já se fizesse presente em diversos estados brasileiros<sup>15</sup>, a dimensão alcançada pela penetração do positivismo no Rio Grande do Sul tornou paradigmática a experiência política e administrativa deste estado devido, mormente, à influência sobre os eventos históricos que a sucederam em nível nacional. Tratou-se, afinal, dos atores responsáveis pela transposição da bem-sucedida experiência regional para a realidade federal.

A orientação positivista adotada pelos governantes gaúchos que assumiram o poder após a instalação do regime republicano – e, mais especificamente, a partir da vitória na guerra civil federalista – consagrou o modelo riograndense posteriormente afamado como “castilhismo”. Governador por duas oportunidades (1891 e 1893-1898) e responsável direto pela redação da Constituição estadual promulgada em 14 de julho de 1891, Júlio Prates de Castilhos interpretou o comtismo de forma *sui generis*, conferindo-lhe traços inéditos de modo a adaptá-lo à realidade local. Tornou-se, assim, principal líder político e intelectual do grupo que comandou a política gaúcha – e, após 1930, a brasileira – de modo incontestado.

A experiência política e administrativa de aproximadamente quatro décadas acumulada pelos republicanos sulistas esteve, para Bosi (2001), na raiz das transformações por que passou o país após a ascensão de Vargas ao poder central<sup>16</sup>. Abertamente antiliberal nas práticas econômicas e autoritária na esfera política, a gestão implementada pelos dirigentes do PRR esteve diretamente marcada pelo positivismo, oportunamente classificado por Heinz (2009) como “político, instrumental e militante”.

---

<sup>15</sup> Conforme destaca Lins (1967), a doutrina já havia se espalhado entre os intelectuais de vários estados do Norte e Nordeste do país. Além das províncias já citadas, dentre os locais onde a sua chegada fez-se mais expressiva, destacam-se o Maranhão, o Ceará, o Pará e a Paraíba.

<sup>16</sup> Quando de sua chegada ao governo federal, Getúlio Vargas rompeu com dogmas do positivismo e passou a utilizar-se de instrumentos condenados pelo grupo gaúcho do qual fazia parte, tais como uma política fiscal expansiva que preconizasse, quando necessário, um orçamento deficitário, empréstimos públicos como meio de fomentar a produção e o estabelecimento de uma legislação trabalhista capitaneada pelo Estado.

### **3. Considerações finais**

Assim como no desenrolar dos fenômenos históricos, a evolução das ideias também responde a fatores das mais variadas ordens. Do contexto institucional à conjuntura internacional, o desenvolvimento intelectual brasileiro forjou-se, especialmente no decorrer do século XIX, em meio às transformações políticas, econômicas, culturais e sociais que concomitantemente moldavam a realidade nacional.

A condição periférica a que sempre esteve relegado o país no cenário internacional, porém, suscita controvérsias acerca da factibilidade de ter havido ideias originalmente brasileiras. O célebre trabalho de Raymundo Faoro (1987), em cujo título o autor questiona diretamente a existência de um pensamento político no Brasil, elucida de modo preciso a polêmica que circunscreve o tema na literatura especializada. Se extrapolado para o campo da Economia Política, o ceticismo do autor encontraria objeções igualmente contrapostas.

A adequação do pensamento europeu – em especial, do ideário liberal – à realidade de um país em que predominavam instituições diretamente ligadas ao regime monárquico dividiu os autores que se dispuseram a analisar o tema, cuja polêmica a ele subjacente auferiu novos contornos a partir do artigo seminal de Schwarz (2001). No que concerne à formação de um pensamento desenvolvimentista, a influência de autores estrangeiros faz-se especialmente relevante. Conquanto pouco citado pelos autores desenvolvimentistas propriamente ditos, mostram-se fartas as referências àqueles intelectuais orgânicos nas obras e discursos dos atores brasileiros da era pré-desenvolvimentista.

O fato de a política desenvolvimentista ter sido implementada pelo governo que ascendeu ao poder central após 1930, faz da tradição intelectual sul-rio-grandense particularmente importante. Fortemente imbuídos pela filosofia positivista, em grande medida, difundida por Julio de Castilhos, os políticos desse estado transformaram em política pública o somatório de distintas correntes do pensamento, criando algo novo e diferente da simples união de ideias paralelas.

Neste contexto, o surgimento do positivismo contribuiu para a consolidação da ideia de que caberia ao ente público nortear o desenvolvimento da sociedade, tão

vilipendiada no contexto intelectual em que a doutrina foi gerada. Ao negar as concepções teológicas da história, as quais apontavam para um destino pré-traçado e sujeito aos desígnios da vontade divina, a filosofia comtiana delegava ao homem a construção da sua própria trajetória. Os positivistas voltavam-se, assim, a uma “utopia” a ser alcançada: o progresso intelectual e moral, fundamentos do progresso material.

Sob o entendimento de que o futuro almejado pela sociedade não adviria espontaneamente, o positivismo suplantou a discussão acerca da necessidade da intervenção estatal; debatia-se, agora, com que extensão e em quais condições esta se faria mais conveniente. Baseado em leis científicas e na realidade dos fatos, o governo esclarecido – a “ditadura positiva” – adotaria as medidas justas e cabíveis, não se apegando a dogmas abstratos e amadorísticos.

Ao negarem à “mão invisível” smithiana e ao mercado auto-equilibrado a capacidade de assegurar as condições necessárias para a acumulação de capital, os positivistas definiam o Estado, em aliança com a iniciativa privada, como a entidade responsável pela viabilização do progresso por excelência. Edificava-se, assim, a instituição positivista a qual Bosi (2001, p. 274) classificou de Estado-Providência: “Um vasto e organizado aparelho público que ao mesmo tempo estimula a produção e corrige as desigualdades do mercado.”

Desta feita, a filosofia positiva contribuiu de modo fundamental para a gênese do desenvolvimentismo ao conceber “a história como um processo em construção, de responsabilidade da ação dos homens e, mais especificamente, dos governos, os quais devem nortear sua *práxis* em políticas efetivas visando a um futuro desejável.” (FONSECA, 2008, p. 13). Ao somatório das ações nacionalistas, industrializantes e intervencionistas faltava um último elemento necessário para a plena configuração histórica do desenvolvimentismo: a defesa de uma ação racional com o propósito de construir um futuro desejável.

# Influences of positivism in the formation of Brazilian developmentist thinking

**Abstract:** The similarity observed between Brazilian economy during the Empire and some late-industrializing nations entails the comparison between the different recent historical trajectories. The applicants references woven by *pre-developmentalism* Brazilian authors to their foreign counterparts makes its comparison essential task to broaden the understanding of the phenomenon. Positivism had undoubted influence on the Brazilian heterodox thought. Therefore, this paper aims to rescue some of its major influences on the formation of the formation of Brazilian *developmentalism* thinking.

**Keywords:** Positivism – Heterodoxy – *Developmentalism*

## Referências

- ALONSO, Ângela. *O Positivismo de Luís Pereira Barreto e o Pensamento Brasileiro no Final do Século XIX*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo: IEA/USP, 1995.
- BARBOSA, Francisco de A. *João Pinheiro: documentário sobre a sua vida*. Belo Horizonte: APM, 1966.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- COSTA, João Cruz. *O positivismo na República. Notas sobre a história do positivismo no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1956.
- DULCI, Otávio S. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.
- FAORO, Raymundo. Existe pensamento político no Brasil? *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 9-58, 1987.
- FONSECA, Pedro Cezar D. *O discurso em perspectiva e o capitalismo em construção*. Tese (Doutorado em Economia). Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, 1987.
- \_\_\_\_\_. Positivismo, trabalhismo, populismo: a ideologia das elites gaúchas. *Ensaio FEE*, v.14, n. 2, p.410-21. Porto Alegre: FEE, 1993.
- \_\_\_\_\_. A “gênese regional” da Revolução de 1930. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.29, n. 1, p.113-27, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Do progresso ao desenvolvimento: Vargas no contexto da I República*. XXXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC. João Pessoa, 2004.

- \_\_\_\_\_. *A controvérsia entre metalismo e papelismo e a gênese do desenvolvimentismo no Brasil*. XXXVI Encontro Nacional de Economia da ANPEC. Salvador, 2008.
- GOMES, Ângela de C. (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- HEINZ, Flávio M. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº 58, p. 263-289, 2009.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do estado de Minas Gerais (1890-1930)*. In: V Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte: UFMG, 1982.
- LEMOS, Renato Luís do C. N. *Benjamin Constant*. Vida e história. 1997. Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- LINS, Ivan M. de B. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- PAULA, João Antônio de. Raízes do desenvolvimentismo: pensamento e ação de João Pinheiro. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 257-282, 2004.
- RIBEIRO JUNIOR, João. *O que é positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- RODRÍGUEZ, Ricardo V. *Castilhismo*. Uma filosofia da República. Caxias do Sul: Editora UCS, 1980.
- SALOMÃO, Ivan C. *O desenvolvimento em construção: um estudo sobre a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro*. 2013. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- SCHWARZ, Roberto. *As idéias fora do lugar*. In: SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- SILVA, Adelmo José da. *A moral positivista em João Pinheiro da Silva*. *Revista Estudos Filosóficos*, n. 7, 2011.
- SOARES, Mozart P. *O positivismo no Brasil*. 200 anos de Augusto Comte. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.
- TARGA, Luiz Roberto P. *Os fundamentos do Estado desenvolvimentista brasileiro: a experiência do Partido Republicano Riograndense (PRR) durante a Primeira República*. In: XXXII Encontro Nacional de Economia - ANPEC, João Pessoa. *Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia*, 2004.
- TORRES, João Camilo de O. *O positivismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1943.

*Recebido para publicação em dezembro de 2015.*

*Aprovado para publicação em março de 2017.*